

INTRODUÇÃO

A infância é o melhor momento para o indivíduo iniciar sua emancipação mediante a função libertadora da palavra. É na infância que as crianças revelam maior interesse pela leitura. Mas, para isso, é preciso que os pais e os educadores ensinem às crianças a importância do hábito de ler. Neste sentido, a literatura infantil pode ser utilizada como forma de promover, não só o hábito de leitura, mas também de influir em todos os aspectos da educação.

Dessa forma, além de instruir e distrair, a literatura infantil tem função educativa, pois promove o desenvolvimento da sensibilidade e do senso crítico. A preocupação com esses aspectos é de suma importância, uma vez que instrumentaliza os alunos a julgar o que veem, leem e ouvem, é um dos maiores benefícios que os educadores podem propiciar às crianças.

Existem vários gêneros de literatura infantil, mas neste estudo o foco será dado no conto de fadas. Nesta perspectiva, o objetivo do presente estudo é investigar de que forma os contos de fadas, podem contribuir para a construção do juízo moral da criança, bem como para o processo de alfabetização e letramento.

A problemática a ser analisada e discutida neste estudo pode ser colocada nos seguintes termos: de que forma os contos de fadas podem contribuir para o processo de letramento e alfabetização e também, para o desenvolvimento cognitivo, afetivo e social da criança?

Por meio da leitura dos contos de fadas, é possível que a criança se coloque no lugar do outro, ou seja, no lugar do personagem da história com o qual se identifica, permitindo que verifique suas tomadas de decisões, se posicionando sobre que é certo ou errado diante de determinadas situações (VALDES; COSTA, 2010).

Assim, a partir do momento em que a criança é, não só alfabetizada, mas também letrada, consegue, em suas leituras, identificar posturas das personagens que são ou não adequadas de acordo com a sociedade em que vive. Para as crianças da Educação Infantil, cabe ao professor utilizar a literatura como um recurso lúdico, dispor de momentos da aula para trabalhar com esses materiais, como uma contação de histórias, por exemplo, para que possa motivar e instigar os alunos desde pequenos a gostar do universo da leitura, bem como refletir sobre o que está lendo, tornando-se assim, um ser autônomo (FRANÇA; SILVA; SILVA, 2014).

Trabalhar com a literatura infantil na sala de aula permite ao professor mediar os alunos a entenderem sobre regras, obediência, e a conviverem entre si. Assim,

[...] cabe então ao professor providenciar na sala de aula, espaço para que as crianças participem da elaboração de regras de boa convivência, para que compreendam o porquê dessas regras, isto é, para que elas servem, e principalmente, que as crianças possam através da ajuda de um adulto aprender a viver junto com os outros de modo harmônico (PEREIRA, 2013, p. 14).

Além de ajudar seus alunos no processo de elaboração das regras, o professor pode fazer uso dos contos de fadas, a fim de propiciar às crianças condições de conviverem com as regras estabelecidas e impostas pelos adultos. A apreensão dessas regras contribui para a socialização no ambiente no quais estão inseridas, seja escolar ou não escolar.

A literatura infantil, de acordo com Barbosa (2011, p. 8), “[...] além de ser de extrema importância para o desenvolvimento cognitivo da criança, auxilia também na emancipação e na elaboração de conflitos”. A autora enfatiza ainda que

[...] através da literatura infantil podemos fazer com que a criança desenvolva seu interesse pela leitura, tendo em vista que encontramos a forma mais prazerosa de despertarmos este interesse. É preciso também que o adulto, que já vive em um mundo letrado, incentive e desperte nas crianças o gosto pelo ler (BARBOSA, 2011, p. 8).

Além de contribuir de forma significativa para o desenvolvimento cognitivo, afetivo e social, a literatura infantil pode ser utilizada para promover o processo de alfabetização e letramento. Conforme Almeida e Farago (2014, p. 205), é importante ressaltar que

[...] ao abordar questões relacionadas ao processo de alfabetização e letramento, entende-se que são processos indissociáveis que devem caminhar juntos, sendo que alfabetizado é aquele aluno que conhece o código escrito, sabe ler e escrever.

Por meio da leitura e da escrita a criança faz uma elaboração cognitiva. Mas, para isso, cabe à escola ensinar aos alunos os diversos gêneros textuais para enriquecer seu repertório de linguagem e escrita, tornando-se um indivíduo alfabetizado e letrado.

Neste sentido, o presente estudo, de cunho bibliográfico, justifica-se pela necessidade de aprofundar nossos estudos sobre a literatura infantil, em especial, os contos de fadas, discutindo sua contribuição para o desenvolvimento da criança e para o processo de

alfabetização e letramento. Para tanto tomamos como base a obra Jean Piaget (1996) que versa sobre o desenvolvimento da moral, além de outros autores que pesquisaram a literatura infantil e o processo de alfabetização e letramento.

O trabalho foi dividido em três partes. Na primeira, abordamos o julgamento moral na infância segundo Piaget (1996). Na segunda parte, discutimos os contos de fadas na Educação Infantil. Na terceira, por sua vez, enfocamos a importância da literatura infantil para o processo de alfabetização e letramento.

1 O JULGAMENTO MORAL NA INFÂNCIA, DE ACORDO COM PIAGET

Em 1932, Piaget publicou a obra intitulada *O Juízo Moral da Criança*. Neste livro abordou a compreensão de regras para as crianças.

De acordo com Pereira (2013, p. 11), nesta obra

[...] Piaget (1996) expõe as fases do desenvolvimento moral: anomia, heteronomia, e autonomia. Conforme seus estudos as crianças devem passar por essas fases, de modo a tornarem-se autônomas, ou seja, seres com propriedade para decidirem e optarem pelo certo ou errado.

A primeira fase do desenvolvimento moral, conforme Piaget (1996) é a anomia, recebe esse nome porque nesse momento a criança não tem o conhecimento das regras (de zero aos 2 ou 3 anos de idade).

A anomia é explicada pelo fato de que todos nascem sem distinguir o que é certo ou errado, ou seja, a criança pequena não tem conhecimentos dos princípios morais, e permanece assim até os dois ou três anos de idade. Nesta fase em que a criança se encontra, ela está conhecendo o mundo por meio de suas ações, percepções e sensações (PEREIRA, 2013, p.11).

Nesta fase que ela começa a descobrir o mundo por meio de suas ações, bem como a desenvolver suas percepções. Destaca-se também o fato dela ainda não distinguir o que é certo ou errado de acordo com a sociedade em que vive.

A segunda fase, denominada heteronomia (entre 3 e 11 anos de idade aproximadamente), é o momento em que as regras impostas pelos adultos passam a ser obedecidas, ou seja, nesta fase há o surgimento da linguagem e, por meio da mesma, a criança

começa a ter uma melhor compreensão do que lhe foi pedido e a executar as regras estabelecidas.

É neste momento, na heteronomia, que os adultos devem intervir de modo a contribuir, por meio do estabelecimento de regras, para que a criança construa uma moral autônoma. Porém é preciso que o adulto tome cuidado para não fazer com que a criança obedeça a ele, mas sim às regras, afinal quando a criança não cumpre as regras, ela está testando a sua validade, já no caso da obediência aos adultos a criança estará testando sua autoridade (PEREIRA, 2013, p. 12).

A terceira fase diz respeito a autonomia, (ocorre a partir dos 12 anos de idade). Nesse momento a criança obedece somente às regras que compreendem como necessárias,

Na autonomia a obediência a uma regra se dá pela compreensão e concordância com sua realidade universal. Obedecemos porque concordamos que os motivos para a ação poderiam tornar-se “leis universais”: seriam um bem para todos... Na heteronomia, a obediência a uma regra se dá pelo medo à punição ou pelo interesse nas vantagens a serem obtidas pessoalmente (MENIN, 1996 apud PEREIRA, 2013, p. 12).

Para apresentar suas considerações sobre o julgamento moral, Piaget (1996) realizou um estudo a cerca da conduta das crianças diante dos jogos com regras. As regras de um jogo podem mostrar claramente o comportamento dos pequenos em relação à compreensão, aplicação e prática das regras. Os estágios descritos por Piaget (1996) são os seguintes: simples práticas regulares e individuais; imitação dos maiores com egocentrismo; cooperação; interesse pela regra em si mesma. Esses são estágios perceptíveis em crianças que se enquadram na faixa etária de 0 a 3 anos até crianças com 11 e 12 anos, seguindo respectivamente a ordem dos estágios.

De acordo com Caetano (2011, p. 46) “O autônomo não é sinônimo de desobediente”. Faz-se necessário ressaltar que a autonomia moral diz respeito a uma criança que irá obedecer às regras com as quais concorda, ou seja, regras que compreendem como necessárias, porque estão sustentadas por princípios como justiça e respeito. Assim, para ser autônoma a criança deixa de ter apenas o respeito unilateral para apresentar um respeito mútuo. Nas palavras de Pereira (2013, p. 14),

[...] o respeito unilateral é aquele sentimento desigual entre criança e adulto, em que a criança se sente coagida devido ao modo e/ou afeto que se sente

por esse adulto. [...] o respeito mútuo, sendo este reconhecido pelo equilíbrio que estabelece na relação entre a criança e o adulto, uma vez que a criança deixa de ser coagida e passa á cooperação nesta relação, ajudando na construção de regras e tomada de decisões.

Por meio do que foi mencionado acima, podemos entender que tanto o respeito unilateral, quanto o respeito mútuo é importante para a formação moral da criança, porque primeiramente, esta passa a entender as regras para posteriormente cumpri-las de acordo com o que foi estabelecido, pois é necessário que entenda que, além de obedecer ao que os adultos propõem, também são muitas as regras que serão impostas para conviver na sociedade como um todo.

Com os estudos propostos por Piaget (1996) e colaboradores, podemos destacar que cabe ao professor direcionar e proporcionar lugares na escola para que os alunos possam desenvolver o comportamento moral, estabelecendo, para isso, regras e ensinando-os a cumpri-las, auxiliando na tomada de decisões. Com este espaço direcionado à criança na escola ou sala de aula o professor estará ajudando o aluno a se tornar independente, ou seja, um ser autônomo, capaz de estabelecer e tomar suas decisões.

Além de estabelecer regras, faz-se necessário explicar o porquê de tal regra, mencionando o que se pode fazer e o que não pode, pois, assim, a criança avalia o que a regra traz de bom e o que não traz. A moral acontece por meio de um processo construtivo, em que, aos poucos, por meio de inúmeras situações, vai se adquirindo. Neste sentido, Ramos, Campos e Freitas (2012, p. 17) argumentam que,

Piaget (1932/1944) estudou que, assim como o desenvolvimento da inteligência, o desenvolvimento moral também é um processo de construção interior. Não adianta ensinar a moralidade, pois ela é construída a partir da interação do sujeito com o meio em que vive.

Aos poucos, a criança vai construindo o seu pensamento, e, com isso, implica o papel do adulto para seu desenvolvimento intelectual. Todavia, como já mencionado anteriormente, a escola deve promover um ambiente que proporcione o processo de desenvolvimento moral, auxiliando as crianças a tomarem suas decisões, tornando-se autônomas e promovendo a cooperação entre os alunos (RAMOS; CAMPOS; FREITAS, 2012).

A moral não pode ser imposta e nem existe um processo para que ela seja ensinada aos indivíduos, mas sim, é construída por meio das situações vivenciadas. Assim,

[...] o desenvolvimento cognitivo consiste num processo contínuo e evolutivo que obedece a uma ordem invariável e sequencial de estágios, passando de um estado de menor equilíbrio para um estado de maior equilíbrio. Cada estágio caracteriza-se por um conjunto de estruturas cognitivas que determinam todos os novos comportamentos característicos da nova etapa de desenvolvimento (RAMOS; CAMPOS; FREITAS, 2012, p. 147).

De acordo com Ramos, Campos e Freitas (2012, p. 149), são três aspectos que influenciam as representações sobre o que é certo e errado: “[...] inspirações de modelos valorizados pela criança (figuras de autoridade), juízos alheios, relações das crianças com seus próprios sucessos e fracassos e autoavaliações feitas pela própria criança”. Dessa forma, a moral nada mais é do que a construção da personalidade do sujeito enquanto pessoa.

Em seu estudo sobre o julgamento moral, Lukjanenko (1995) aborda questões sobre os desajeitamentos infantis, o roubo e a mentira. Com isso faz o julgamento elaborando perguntas para que as crianças façam uma reflexão verificando a compreensão do que acham sobre determinado ato.

A criança em fase de realismo moral julga pelo aspecto exterior da ação [...] e não pela intencionalidade da ação. A preocupação pelo prejuízo material prevalece sobre a questão da obediência a regras. A criança pequena, até mais ou menos 8 anos, não dissocia o dever á regras do dano ocorrido, que é uma forma de responsabilidade objetiva (LUKJANENKO, 1995, p. 16).

Ainda discutindo sobre o realismo moral, Lukjanenko (1995, p.18) aponta que:

Os resultados obtidos com o estudo do realismo moral confirmaram os da análise das regras do jogo de bolinhas. Parecem existir na criança duas morais distintas: a moral da heteronomia e a moral da autonomia. Entre essas duas morais é possível encontrar uma fase intermediária que é a da interiorização e generalização das regras e ordens. A autonomia só é conquistada com a reciprocidade e com o respeito mútuo.

Ao tratar sobre a justiça, entende-se que esta só funciona se houver a cooperação e o respeito mútuo, Lukjanenko (1995, p.20-21) argumenta que:

Em todos os campos Piaget encontrou a oposição de duas morais e dois tipos de relações sociais: a) a moral da heteronomia: do dever, da autoridade, da obediência. A intenção nesse tipo de moral não é considerada, e a responsabilidade é objetiva. A moral do dever é resultado da coação do adulto e é caracterizado pelo respeito unilateral, ou seja, respeito proveniente de uma relação desigual entre as partes; b) A moral da autonomia: do bem,

da reciprocidade, da solidariedade. A intenção nesse tipo de moral é considerada, e a responsabilidade é subjetiva. A moral do bem é resultado da cooperação e é caracterizada pelo respeito mútuo, ou seja, respeito proveniente de uma relação de igualdade entre partes.

Lukjanenko (1995, p.18) explica que “[...] A moral da reciprocidade é a da intenção e da responsabilidade subjetiva”. Com isso, se a criança sabe que a verdade tem que ser dita e não a mentira, logo, estará levando em conta a interação da intenção e da responsabilidade de tudo o que se pode fazer, e assim, chegar ao respeito mútuo.

Para tanto, a moral da heteronomia parte do princípio de obediência, a qual é imposta pelos adultos, portanto desigual; e a moral da autonomia parte do princípio de igualdade, da relação de cooperação do sujeito com a sociedade. Este processo de construção da moral é propiciado não só por meio de jogos e outras atividades infantis, mas também por meio da literatura infantil, assunto esse que será tratado no próximo item.

2 A LITERATURA INFANTIL E OS CONTOS DE FADA

A contação de história na educação infantil é de grande importância, pois é um direito da criança vivenciar o que se passa com os personagens da história na vida real (VALDEZ; COSTA, 2010).

Por meio das histórias contadas às crianças, em específico na educação infantil, aprendem a se relacionar com a sociedade, amigos, bem como a lidar com seus conflitos interiores (VALDEZ; COSTA, 2010).

A literatura infantil é algo que vem se discutindo há muito tempo, pois

Ao recorrermos às publicações de autores pioneiros no estudo dessa faixa etária, no século XVIII e XIX, como Pestalozzi, Froebel, Montessori, Pape-Carpentier e outros, encontramos pistas de que enfatizam a “hora do conto” como uma atividade relevante na educação de crianças pequenas (VALDEZ; COSTA, 2010, p. 164).

No século XVIII e XIX já se ouvia falar de quão grande importância tinha a literatura infantil, sempre como algo para encantar as crianças, mais ainda como ensiná-las a gostar de leitura, bem como para mostrar a moral que a história transmite, ou seja, havia uma

preocupação com a formação da criança. Naquele período os teóricos pensavam em formar uma criança com uma boa educação. Neste contexto, Barbosa (2011, p. 11), explica que

[...] a literatura infantil resulta da valorização da fantasia e da imaginação e foi construída a partir de textos da antiguidade, ou de narrativas orais contadas às pessoas. Tal tradição popularizante ou erudita, redescoberta ou recriada por escritores cultos, contrasta vivamente com a literatura clássica produzida neste momento.

A literatura infantil já era muito valorizada desde muito tempo, e são inúmeros os livros de contos de fadas espalhados pelo mundo, destinados à educação infantil, que por sua vez, nem sempre é lido somente para essa faixa etária, mas por todos que tomaram o gosto pela literatura.

A prática de leitura na escola deve ser realizada constantemente. Nas palavras de Barbosa (2011, p. 12),

[...] a prática de se ler para crianças deveria ser frequente, em todo âmbito escolar, tendo em vista que a função da escola é passar a seus alunos o gosto pelo aprendizado, não podemos perder de vista que as literaturas nos remetem a um mundo fantástico que transforma o ambiente formador em um lugar “inimaginável” e instigam a curiosidade dos pequenos leitores.

Com isso, as histórias levam os pequenos a uma viagem em um mundo cheio de encantos e fantasias, deixando-os fascinados.

As histórias infantis geram uma prática solidária para quem conta e se tornam prazerosas para quem ouve.

As emoções vêm à tona, os olhos brilham e vivemos de perto o sentimento dos personagens. Elegemos os preferidos e rejeitamos os preteridos. Na imaginação vestimos fantasias, torcemos pelo final feliz e, de forma natural, nos encantamos. Isso não acontece somente com o ouvinte. Na maioria das vezes, o contador de histórias contribui de forma significativa para o aprendizado da criança, mostrando também a relação de afetividade, instigando a imaginação e a fantasia (VALDEZ; COSTA, 2010, p. 172).

A literatura desperta sonhos, desejos, nos quais a criança se vê como um príncipe e uma princesa de verdade, e que na maioria das vezes aumentam a autoestima. Isso contribui para a formação de sua personalidade (VALDEZ; COSTA, 2010).

Valdez e Costa (2010, p. 173) afirmam que: “[...] os contos infantis confirmam que as criações mais fantásticas não são outra coisa que uma nova combinação dos elementos que foram retirados da realidade e submetidos à atividade transformadora da nossa imaginação”.

A fantasia é um dos elementos primordiais dos contos infantis, pois, por meio dela, os personagens resolvem seus conflitos de acordo com as situações vivenciadas na história, no determinado momento em que a mesma se passa. Muitas vezes, as crianças se identificam muito com os personagens e, desta forma, seus sentimentos viajam para um mundo cheio de imaginação.

As leituras de contos de fada direcionadas para essa fase da criança a torna indivíduo reflexivo, pois a criança identifica através das relações sociais se o personagem é bom ou mal, mostra uma moral, dizendo o que é bom ou ruim, certo ou errado, e assim, na maioria das vezes, cada criança se identifica com um ou vários personagens da história (VALDEZ; COSTA, 2010).

Se o professor souber trabalhar a literatura dos contos de fadas com a criança, contribuirá para que se tornem seres reflexivos, e provavelmente mais adiante poderemos ter um bom leitor, um cidadão crítico, autônomo, capaz de decidir suas escolhas, além de promover descobertas de inúmeros livros e autores diferenciados, promoverá o gostar da leitura, aprendendo a ler, não apenas por ler, mas compreendendo de forma real e abrangente o que estão lendo (VALDEZ; COSTA, 2010).

A moralidade apresentada nos livros para as crianças ensinam determinados valores que, muitas vezes, não aparecem explícitos no livro, mas que, com a ajuda de um adulto, a criança entende, tais sobre: a mentira, a honestidade, a bondade, a maldade, entre outros valores sociais.

Um dos gêneros mais utilizados para a contação de histórias são as fábulas. Neste tipo de narrativa encontram-se muitos personagens que transmitem ensinamentos morais, sendo exemplos a do Chapeuzinho Vermelho, entre outras conhecidas em que os personagens adquirem semelhança com o homem em aspectos de vício e virtude (VALDEZ; COSTA, 2010).

Para trabalhar esse tipo de história com as crianças deve-se sempre mostrar as expressões de acordo com a fala do personagem, demonstrando a alegria, a raiva, instigando e aguçando a criança a tomar o gosto pela leitura, fazendo com que se identifiquem com o que está sendo contado como se fizesse parte da história, transmitindo os problemas enfrentados

no decorrer do caminho e da vida, incentivando as boas maneiras e a moral oferecida pela história (VALDEZ; COSTA, 2010).

Na maioria dos contos de fadas, as transformações acontecem em um passe de mágica, como a personagem que é pobre acaba ficando rica, de uma hora para a outra; ou a que é má se torna boa, devido às circunstâncias ocorridas no decorrer da história, dentre outras.

Os contos de fada transmitem à criança uma moral que nem sempre está explícita, mas que, por meio da análise e da interpretação, é possível estabelecer relações com outras situações da vida real, percebendo-a e, assim, proporciona identificações capacitando a criança a lidar com seus próprios sentimentos e com os problemas encontrados no decorrer da vida e, ainda, mostra a lição de que ninguém tem uma vida sem dificuldades.

3 A IMPORTÂNCIA DA LITERATURA INFANTIL PARA O INÍCIO DO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO

A literatura infantil pode ser um dos caminhos que facilitam a aprendizagem durante o processo de alfabetização e letramento, além de desenvolver a imaginação, a criatividade e proporcionar o prazer da leitura. Foi a partir de 1980 que surge no Brasil, Inglaterra e em outros países de origem diferentes o fenômeno denominado letramento, o qual acabou sendo algo de grande discussão na educação e linguagem, promovendo a prática da leitura e escrita (SOARES, 2004).

Nos países desenvolvidos, ou do Primeiro Mundo, as práticas sociais de leitura e de escrita assumem a natureza de problema relevante no contexto da constatação de que a população, embora alfabetizada, não dominava as habilidades de leitura e de escrita necessárias para uma participação efetiva e competente nas práticas sociais e profissionais que envolvem a língua escrita (SOARES, 2004, p. 6).

Um dos motivos pelos quais se fala na falta de compreensão da leitura e da escrita está no fracasso escolar, principalmente quando se trata de alfabetização, e isso ocorre há muito tempo, principalmente no Brasil (SOARES, 2004).

Ao utilizar os livros de literatura infantil e contos de fadas, seja qual for o gênero textual na sala de aula, o professor propõe que a criança interaja com a alfabetização e letramento, sendo que os dois termos devem estar sempre ligados um ao outro. Assim,

[...] letramento, designa a ação educativa de desenvolver o uso de práticas sociais de leitura e escrita em contextos reais de uso, inicia-se um processo amplo que torna o indivíduo capaz de utilizar a escrita de forma deliberativa em diversas situações sociais (ALMEIDA; FARAGO, 2014, p. 205).

Por meio da leitura de diversos gêneros textuais as crianças acabam construindo o letramento, o que permite aprenderem sobre o que irão escrever.

O incentivo pela leitura deve ocorrer nos anos iniciais, pois é o momento em que a criança está sendo preparada para que, no futuro, seja um adulto não só, alfabetizado, mas também, letrado.

Entende-se alfabetização como sendo um caminho para o letramento, alfabetizado é aquele indivíduo que conhece o código escrito, que sabe ler e escrever, dessa forma foi necessário ampliar esses conhecimentos, os indivíduos precisavam compreender o sentido dos textos (ALMEIDA; FARAGO, 2014, p. 207).

Assim, o indivíduo alfabetizado é aquele que sabe ler e escrever, porém não basta só saber fazer o uso da leitura e da escrita, e sim, interpretar, analisar, questionar o que está sendo lido e escrito, ou seja, ser letrado. E é isso que faz com que as crianças interpretem as histórias dos contos de fadas, pois a maioria se identifica com um ou vários personagens, e assim pensam em ações a serem tomadas por eles, entre outros aspectos (ALMEIDA; FARAGO, 2014).

É importante que os professores da Educação Infantil trabalhem na sala de aula as literaturas, entre elas os contos de fadas, porque são por meio deles que as crianças têm um contato mais direto com a leitura e a escrita, e desde cedo aprendem o significado e uso dos mesmos.

A criança vai construindo o seu conhecimento da linguagem e da escrita, que não se limita ao conhecimento das marcas gráficas a produzir ou a interpretar, mas envolve gênero, estrutural textual, funções, formas e recursos lingüísticos (BRITO, 2007 apud ALMEIDA; FARAGO, 2014, p. 217).

Neste sentido, quanto mais a criança aprimorar seu conhecimento acerca da leitura, mais chances têm de se tornar um indivíduo alfabetizado e letrado.

Outro aspecto importante que se destaca sobre a literatura infantil nos anos iniciais é que proporciona às crianças o lúdico. Mas, muitas vezes os professores não estão preparados para trabalhar com determinados conteúdos em sala de aula. Todavia, de acordo com França, Silva e Silva (2014, p. 1), “o lúdico não se encontra apenas no ato de brincar, mas também no ato de ler”.

É por meio da literatura que a criança se apropria da imaginação oferecida pela história, a qual vai estimulando a sua capacidade mental de pensar, refletir, além de estimular a linguagem oral e escrita e, ainda, proporciona a construção de sua personalidade, auxilia a formar opiniões, ser autônoma, ativa, entre outros (FRANÇA; SILVA; SILVA, 2014).

O ato de ler se configura também num processo amplo, considerando-se que interpretar a realidade que cerca o leitor não se restringe somente à escrita e a leitura, mas é possível seu desvelamento por meio de uma variedade de linguagens (FRANÇA; SILVA; SILVA, 2014, p. 3).

É nesse processo de leitura que o indivíduo aprende a fazer determinadas interpretações daquilo que nem sempre é visível aos olhos. Tudo o que olhamos à nossa frente de uma forma ou de outra estamos fazendo uma leitura, seja paisagens, livros, fotografias, entre outros.

Assim, oferecer às crianças desde cedo o acesso à literatura possibilita que as mesmas se tornem indivíduos, “[...] conscientes de seus deveres e de seus direitos”, como cidadão (FRANÇA; SILVA; SILVA, 2014, p. 4).

Quando a criança se torna uma boa leitora, é pouco provável que ela tenha dificuldade de aprendizagem em outras áreas de conhecimento. Deste modo entendemos que a leitura oferece subsídios para a aprendizagem contribuindo para que o indivíduo aprenda a conviver em sociedade (FRANÇA; SILVA; SILVA, 2014).

Cabe ao professor da Educação Infantil fazer com que a criança tome o gosto pela leitura individual e pela leitura auditiva, a qual realiza para os alunos, pois essa é uma boa fonte de motivação. Nesta fase, embora algumas crianças ainda não saibam ler,

[...] é importante que elas tenham acesso aos livros, manipulem, veem, ouçam e recontem histórias, que contribuirão para despertar o gosto pelas novas aprendizagens, desenvolvendo a curiosidade pela leitura, favorecendo o acesso ao rico repertório que a literatura infantil oferece. Reforçamos que mesmo que a criança não tenha apreendido os sinais escritos, possui uma rica capacidade de fazer a leitura de tudo que a cerca. Ou seja, ela é capaz de ler o mundo ao ouvir uma história, ela pode recontá-la fazendo sua leitura

individual. A escola deve estar atenta para estas questões, para favorecer o desenvolvimento da criança desde muito cedo (FRANÇA; SILVA; SILVA, 2014, p. 7).

Trabalhar o lúdico associado á literatura com as crianças na Educação Infantil é muito importante, pois por meio do brincar é que elas aprendem a observar e manipular diversos objetos, e, entre eles, o livro, e ao ouvir as histórias nesta fase, principalmente os contos de fadas, faz com que tomem gosto pela leitura e levem essa bagagem para a vida toda, além de proporcionar o desenvolvimento cognitivo, afetivo e social, entre outros.

Pela leitura, as crianças aprendem a resolver seus conflitos internos e aprimoram sua fala. Por isso, França, Silva e Silva (2014, p. 9), afirmam que “[...] na infância a criança atribui enorme valor à literatura, pois é uma fase peculiar da imaginação, do faz de conta”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho buscamos refletir a cerca de que forma os contos de fadas, pode contribuir para a construção do juízo moral da criança, bem como para o processo de alfabetização e letramento.

Por meio dos contos de fadas, as crianças aprendem a fazer um julgamento moral dos personagens, com os quais se identificam nas histórias, tornando assim, mais adiante um cidadão reflexivo e autônomo, capaz de obedecer às regras estabelecidas pelos mais velhos e a elaborar suas decisões, ajudando a resolver seus conflitos interiores.

Por isso o trabalho docente com a literatura infantil é muito importante, em especial com os contos de fadas, pois permitem que as crianças viajem em um mundo cheio de encantos e fantasias, aguçando assim, cada vez mais o gosto pela literatura. Assim, se o professor souber trabalhar desta forma na sala de aula, abrirá um leque de grandes conteúdos a serem transmitidos aos alunos.

Além de contribuir na construção do juízo moral da criança, os contos de fada possibilitam caminhos para o processo de alfabetização e letramento, pois mesmo que não saibam fazer o uso da leitura e da escrita, ao ouvir histórias, as crianças podem ser treinadas para serem bons leitores, e após fazer o uso da escrita, será direcionada para leituras individualizadas para que amplie seus conhecimentos e os diversos saberes existentes.

Referências

ALMEIDA, V. F.; FARAGO, A. C. **A importância do letramento nas séries iniciais.** Disponível em: <<http://www.unifafibe.com.br/revistasonline/arquivos/cadernodeeducacao/su-mario/31/04042014074426.pdf>> Acesso em: 14 de agosto de 2014.

BARBOSA, K. V. **Os contos de fadas e o desenvolvimento do imaginário infantil.** Disponível em: http://www.dfe.uem.br/TCC/Trabalhos%202011/Turma%201/Kelly_Barbosa.pdf Acesso em: 09 de junho de 2014.

CAETANO, L. M. **É possível educar sem palmadas?** São Paulo: Editoras Paulinas, 2011.

FRANÇA, C. de O. ; SILVA, G. C. B. ; SILVA, L. P. da. **A literatura infantil enquanto recurso lúdico para o ensino-aprendizagem.** Disponível em: <<http://www.eduvalesl.edu.br/site/edicao/edicao-103.pdf>> Acesso em: 14 de agosto de 2014.

LUKJANENKO, M. F. S. P. **Um estudo sobre a relação entre o julgamento moral do professor e o ambiente escolar por ele proporcionado.** Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Educação, Unicamp, Campinas, 1995. Disponível em: <[file:///C:/Users/asus/Downloads/LukjanenkoMariadeFatimaSilveiraPolesi%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/asus/Downloads/LukjanenkoMariadeFatimaSilveiraPolesi%20(2).pdf)> Acesso em: 14 de agosto de 2014. p. 12- 22.

PEREIRA, M. R. **A contribuição do educador no desenvolvimento moral da criança: o trabalho com regras em sala de aula.** Disponível em: <http://www.dfe.uem.br/TCC-2013/Trabalhos2013/Maryelle_Raiane_Pereira.pdf> Acesso em: 09 de junho de 2014.

PIAGET, J. **O juízo moral na criança.** 2. ed. São Paulo: Summus, 1996.

RAMOS, A. M. ; CAMPOS, S.S. FREITAS, L. C. G. Uma análise sobre estudos que relacionam a literatura infantil e a moralidade na perspectiva construtivista piagetiana. **Nuances: Estudos sobre a Educação**, vol. 23, n. 24, p. 144-163, 2012. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/Nuances/article/view/1895/Ramos>> Acesso em: 14 de agosto de 2014.

SOARES, M. Letramento e alfabetização: as muitas facetas. **Revista Brasileira de Educação**, n.25, p. 5-17. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n25/n25a01.pdf/&sa=U&ei=F0->

WU_OPOoivPK78gBg&ved=0CDEQFjAF&usg=AFQjCNH1FnkSbp6dZ_ZXp35z9zDVrmSYQw>Acesso em: 14 de agosto de 2014.

VALDEZ, D.; COSTA, P. L . Ouvir e viver histórias na educação infantil: um direito da criança. In: ARCE, A. ; MARTINS, L. M. (org.). **Quem tem medo de ensinar na educação infantil? : em defesa do ato de ensinar**. 2ª ed. Campinas, SP: Editora Alínea, 2010. Cap. 7. p. 163- 183.